

## Intervenção no 12º Congresso Nacional dos Professores

Caras e caros colegas,

Os dados oficiais da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), apresentam uma taxa real de escolarização que, infelizmente, verificou um decréscimo global de 1,7 p.p. (comparando os dados de 2014 com os de 2011) na última legislatura de governo de direita.

Se já desde 1980 a taxa real de escolarização no 1º CEB era de 100%, e no 2º e 3º CEB e Secundário o caminho tem sido mais longo e sinuoso, sendo de salientar os passos dados na década 2000 a 2010, em que a taxa real de escolarização registou aumentos na ordem de 8,6 e 18,3 p.p. no 3º CEB e Secundário, atingindo no ano letivo 2010/2011 os valores de 92,1% e 72,5% respetivamente. Esta evolução deveu-se naturalmente a vários fatores, onde se inclui a diversificação das ofertas formativas (particularmente no Secundário), mas, com toda a certeza, ao **profissionalismo e esforço dos docentes no desempenho das suas funções na sala de aula e nas várias estruturas e órgãos das escolas em que participam**. Por outro lado, é incompreensível o retrocesso da taxa real de escolarização em 2,1 p.p. no 1º CEB, 4,5 p.p. no 2º CEB e 5,8 p.p. no 3º CEB que se verificou na anterior legislatura, que só pode ser justificada pelas medidas políticas erradas tomadas por Nuno Crato.

Estes dados deveriam fazer pensar os decisores políticos, particularmente os governos, quando tomam medidas e fazem discursos que atingem negativamente os profissionais que esforçadamente trabalham para responder, com qualidade, a todos quantos frequentam a Escola Pública. Não tem sido essa, infelizmente, a postura adotada no passado. As medidas tomadas, particularmente pelos últimos responsáveis pela pasta da Educação, têm levado ao desalento e, mesmo ao abandono precoce da profissão por milhares de docentes que perante a instabilidade vivida no dia-a-dia nas escolas e nas carreiras, escolheram aposentar-se ainda que com grandes penalizações nas respetivas pensões.

Os dados oficiais também confirmam o decréscimo acentuado nos últimos 4 anos, de mais de 19 p.p., de docentes no sistema e também de cerca de 20 p.p. de estabelecimentos de ensino

públicos, reconhecendo o óbvio, as medidas tomadas apontam para uma maior sobrecarga de trabalho dos docentes e piores condições nas respostas pedagógicas aos alunos.

O poder político tem procurado criar na opinião pública a imagem do professor como um profissional com horários e salários privilegiados. Contudo os relatórios anuais publicados pela OCDE *Education at a Glance*, demonstram que os professores do ensino público em Portugal dão mais horas de aulas por ano e passam mais tempo na escola do que a maioria dos colegas da OCDE e da União Europeia, saltitando entre aulas, apoios, substituições, salas de estudo, reuniões e tarefas burocráticas, fruto da desregulamentação dos horários de trabalho que já se iniciou em 2005.

A pretexto da crise foram impostas medidas em vários campos com vista à redução cega da despesa com a Educação, medidas que, para além de deteriorar que gravemente as condições de trabalho de alunos, professores e funcionários das escolas, têm levado à redução drástica do corpo docente nas escolas. O aumento do número de alunos por turma, o fim do par pedagógico em EVT e a alteração das condições para o desdobramento de turmas nas disciplinas de carácter experimental, são disso exemplo.

As matrizes curriculares impostas, feitas à medida do número de docentes que visava excluir do sistema conjugadas com o despacho de organização do ano escolar que, por um lado impôs o mínimo de 1100 minutos semanais de aulas, por outro, deixou de fixar o número mínimo de horas de trabalho individual, levou a que a generalidade dos docentes do 2º e 3º CEB e secundário passassem a ter, no mínimo, mais uma turma, logo mais alunos, mais níveis ou disciplinas para leccionar... e, menos professores nas escolas!

Ainda, em consequência das matrizes curriculares e da introdução dos novos programas e metas nas várias disciplinas (que visaram a atomização do currículos), que Nuno Crato impôs, marcaram o conceito ideológica do regresso ao velho conceito das disciplinas estruturantes - Português, Matemática e Língua estrangeira; menos estruturantes – as relativas às Ciências sociais e, as “dispensáveis” – as artes, o desporto e as tecnologias. Esta opção, além de empobrecer o currículo porque lhe retira componentes fundamentais à formação integral dos alunos, teve o efeito imediato de colocar um largo número de docentes das áreas disciplinares mais visadas numa

situação de profunda instabilidade e incerteza não só relativamente à carreira como ao próprio emprego.

Mas a marca ideológica do governo anterior não ficou por aqui. A par do empobrecimento do currículo chamado “regular” proliferam as chamadas “ofertas diversificadas...” para onde foram encaminhados, cada vez mais precocemente, os jovens em risco de insucesso e de abandono escolar que, de acordo com o alargamento da escolaridade terão de permanecer na escola até aos 18 anos.

Isto é, em vez de reconhecer efetiva autonomia aos órgãos de gestão pedagógica das escolas para criar condições de apoio aos alunos, assim que detetadas as primeiras dificuldades, com vista à conclusão com sucesso duma formação de base sólida que permita uma livre e consciente opção por qualquer outra oferta formativa que se pretende de qualidade, o Ministério da Educação, insistiu no encaminhamento para vias alternativas, acenando com a ilusão de que todos poderão regressar ao currículo dito “regular” se realizarem com sucesso os exames nacionais (a obsessão do ministro Crato)!

Também sobre esta matéria documentos do CNE e dados divulgados esta semana pela equipa do aQeduto (equipa de investigação que analisa os resultados dos alunos portugueses nos testes PISA) constata haver uma forte relação entre a condição socioeconómica e o desempenho dos alunos. Defende que a melhoria dos resultados em condições adversas exige meios adequados de compensação de dificuldades que não podem ser proporcionados pelas famílias, lançando o desafio de se desenvolverem “... as estratégias e os programas que têm permitido recuperar atrasos, prevenir o abandono precoce e o desvio etário e intervir ao primeiro sinal de dificuldade.” Isto é, em vez de menos professores afinal são necessários mais professores e mais escola.

Colegas,

O sistema precisou que os professores fossem super-heróis para que assegurassem o ensino nos momentos mais difíceis e nas condições mais adversas: retirou-lhes vencimento; “pediu-lhes” para nunca faltarem, mesmo estando doentes; “obrigou-os” a serem sensíveis, para que garantissem as funções assistenciais e se substituíssem à família e ao Estado; e que, simultaneamente, se mantivessem abertos e flexíveis, para qualquer tipo de trabalho, para aceitarem todas as novas

políticas e novas propostas governamentais. Mesmos as mais absurdas e insustentáveis. Porém, agora é bom que nos mantenhamos lúcidos para que possamos ultrapassar com sucesso este duro desafio de afastar do nosso caminho todas as políticas que nos quiseram humilhar.

*Os tempos que vivemos exigem dos docentes cada vez maior preparação para enfrentar situações, muitas vezes adversas, e a formação contínua, a que têm direito de acordo com a legislação em vigor, surge como uma mais-valia para o seu desenvolvimento/desempenho profissional. Mas, a realidade demonstra exatamente o contrário, a oferta de **formação contínua gratuita** não existe ou é residual e não está ajustada aos horários de trabalho dos docentes.*

*Também, a avaliação de desempenho dos docentes deverá ser orientada para a melhoria do trabalho dos professores. Não podendo esta continuar a constituir um fator acrescido de perturbação e de desgaste na vida dos docentes e das escolas. É preciso criar um modelo de avaliação que contribua, de facto, para a melhoria do sistema educativo.*

*Outros caminhos são possíveis, todos o sabemos. Este é um tempo novo, temos a razão do nosso lado, não nos podemos esquecer que nada nos será oferecido, sendo necessário estarmos atentos, mantermo-nos esclarecidos e não aliviarmos na mobilização para que a expectativa não resulte em frustração. Neste novo contexto, é preciso valorizar a Assembleia da República, pois agora existe uma maioria que, pelos sinais que chegam, tem vontade de resolver problemas. Algumas medidas já foram tomadas, quer por via parlamentar ou governamental, mas no próximo dia 3 de maio, com o início das negociações do despacho de organização do ano letivo, é preciso concretizar medidas que melhorem efetivamente os horários e condições de trabalho e também a curto prazo se reconheça o elevado desgaste da profissão docente.*

Como deverão os professores e os seus sindicatos representativos agir para que os caminhos de esperança entretanto abertos conduzam a resultados reais na melhoria da Escola e das condições de exercício da profissão docente?

LINHA 1 – Apresentar propostas bem fundamentadas e acutilantes à tutela. Sustentar, tanto quanto possível essas propostas na opinião consultada dos docentes.

LINHA 2 – Capacidade de nas negociações gerir o que é fundamental, permitindo que estas linhas mestras se sobreponham a questões menos importantes. Combater previsíveis oportunismos da direita política e dos seus sindicatos.

LINHA 3 – Manter uma informação muito objetiva junto dos docentes de modo a mantê-los sempre mobilizados durante as negociações.

LINHA 4 – Confiança na FENPROF para conduzir e ganhar esta aposta.

Viva o 12º Congresso Nacional dos Professores

Viva os Docentes e Investigadores Portugueses

Porto, 30 abril de 2016  
José Alberto Marques